
**A INDÚSTRIA PORTUGUESA
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E VULNERABILIDADES**

Rui Madaleno

A INDÚSTRIA PORTUGUESA

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E VULNERABILIDADES

A indústria é um sector de actividade fundamental na economia portuguesa. Considerada em sentido lato, representa actualmente cerca de 35% do emprego, 37% do produto interno bruto e 93% das exportações de bens portugueses. Significa ainda, e sobretudo, parte significativa da base produtiva nacional sobre a qual terá necessariamente que assentar o desenvolvimento sustentado da nossa ecónomia, razão pela qual consideramos que a modernização e desenvolvimento da nossa indústria são factores decisivos no próprio desenvolvimento da economia portuguesa.

De salientar que no momento presente é uma indústria que se encontra numa fase decisiva em termos de reestruturação e modernização das suas actividades, tendo em vista a sua plena inserção, em termos competitivos, no contexto económico internacional.

Ainda que de uma forma necessariamente resumida permitimo-nos, para uma melhor compreensão da evolução e da situação actual da indústria portuguesa e suas perspectivas, referir alguns aspectos que moldaram a estrutura da indústria até aos nossos dias, e tecer algumas reflexões de carácter global, dada a cada vez maior interligação entre as áreas de actividade e as economias, sobre a economia portuguesa e a evolução da economia internacional.

Como consequência:

- Das contradições inerentes à existência de um longo período de condicionamento industrial, que gerou uma forte protecção em vários ramos industriais, em simultâneo com uma crescente abertura em termos comerciais ao exterior, derivada do facto de Portugal ter acompanhado, em certa medida — e ainda bem que assim aconteceu — o progresso de integração europeia que se foi desenvolvendo na Europa;

- Das mutações políticas e económicas verificadas em meados da década de 70 que trouxeram uma forte intervenção do estado, nacionalização de empresas, destruição dos grupos económicos existentes;
- E, dos próprios efeitos desencadeados por todo um vasto processo visando a necessária regulação dos principais desequilíbrios macro-económicos, na primeira metade da década de 80.

A indústria portuguesa tem, em 1986, quando se concretiza a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, uma estrutura altamente heterogénea:

- Predominância dos sectores ditos «tradicionalis» (têxteis, vestuário, calçado, cortiça...) mas com alguns ramos industriais modernos (na área da química, do material de transporte, da electrónica e das telecomunicações);
- Um tecido industrial constituído por uma esmagadora maioria de pequenas e médias empresas com fortes vulnerabilidades, a par com um bom número de empresas, em sectores vários, com boa capacidade tecnológica e competitiva. Mas, sem a existência de grupos que se pudessem constituir como centros de racionalidade económica;
- Um grau de desenvolvimento tecnológico em geral fraco, mas com unidades empresariais trabalhando e dominando tecnologias desenvolvidas. Mas, também, sem a necessária rede de investigação e desenvolvimento que possibilitasse um significativo crescimento da capacidade de gerar ou endogeneisar novas tecnologias e sua disseminação no tecido produtivo.
- Um significativo grau de abertura ao exterior em termos de trocas (nomeadamente na sequência de Portugal ter sido um dos membros fundadores da EFTA e de ter assinado em 1972 um acordo de comércio livre com as comunidades europeias) em conjunto com algumas áreas fortemente protegidas em termos de concorrência com o exterior;
- Uma forte dependência da procura externa e conseqüentemente da evolução da economia internacional, (as exportações são desde o

início dos anos 60 um factor importante para a actividade industrial) mas, uma fraca participação em termos de internacionalização da actividade empresarial. Embora o investimento estrangeiro em Portugal tenha significado há já muitos anos, sempre foi muito fraco o investimento português no exterior por falta de tradição é certo, mas também porque a abertura ao exterior nas décadas de 60 e 70 se faz no contexto de uma economia fechada.

Feita a referência a estes aspectos sobre a indústria, faremos de seguida algumas reflexões sobre a economia portuguesa e o seu enquadramento no âmbito da economia internacional.

Como todos sabemos, temos uma economia que, mais ou menos desenvolvida, não deixará de ser sempre, em termos de dimensão, uma pequena economia.

Isto significa que só numa efectiva abertura ao exterior e em plena inserção em espaços económicos mais vastos é possível construir uma economia desenvolvida.

Aliás, a realidade económico mostra-nos bem que, quanto menor for a dimensão de uma economia, maior é a sua necessidade de se abrir e de se inserir, em espaços económicos de grande dimensão económica. Os sistemas de autarcia económica, cada vez menos viáveis no mundo em que vivemos, são, ou melhor, terão sido um privilégio dos grandes estados e, num ou noutro caso, mera consequência de imposições ideológicas arvoradas num efectivo ainda que transitório poder político.

No decurso da década de 80 e como consequência das transformações empreendidas na segunda metade da década de 70, assistimos a significativas mutações na vida económica internacional, sendo claras:

- Uma profunda alteração dos perfis de especialização;
- E, uma crescente globalização das economias.

A estrutura das trocas de bens e serviços e a especialização internacional modificam-se a um ritmo cada vez mais rápido, face aos progressos

tecnológicos. Os contínuos progressos das telecomunicações e da informação, possibilitam uma cada vez maior disseminação dos conhecimentos e, conseqüentemente, uma maior capacidade de inovação e novos desenvolvimentos.

Como consequência, há alterações nos processos de produção, os ciclos de produto tornam-se mais reduzidos, as estruturas de investimento alteram-se, as organizações empresariais adaptam-se e surgem novas formas de organização.

Enfim, é todo um novo processo económico, diferente do que se desenvolveu no pós-guerra e que proporcionou o desenvolvimento económico dos países actualmente considerados como mais desenvolvidos em termos económicos e sociais.

A globalização e mundialização crescente das economias conduz a um crescimento contínuo das trocas, à internacionalização dos mercados, a uma cada vez mais ampla difusão do processo técnico e à necessidade de uma internacionalização da actividade das empresas.

Como consequência, a concorrência intensifica-se à escala internacional. A capacidade de adaptação das estruturas produtivas e os níveis de competitividade internacional de cada economia constituem-se como factores decisivos do desenvolvimento económico.

Num outro plano, mas tendo na base as mesmas razões, acentua-se o predomínio na economia mundial dos grandes pólos económicos— CEE, EUA e Japão. Por outro lado, o próprio realinhamento da influência destes mesmos pólos, tendo em vista a sua capacidade própria de readaptação às mutações tecnológicas verificadas conduz também a novas formas de organização, seja ao nível das empresas, seja ao dos mercados.

O objectivo da construção até 1993 do mercado único europeu, se por um lado é uma consequência natural do nível crescente de integração e desenvolvimento da comunidade económica europeia, iniciado há cerca de 35 anos com a assinatura do tratado de Roma, não deixa de ser também o reflexo da necessidade das empresas europeias de, através de um grande mercado europeu, eliminarem restrições e estrangulamentos próprios à segmentação dos mercados ainda existentes, tendo em vista uma maior capacidade competitiva com as empresas americanas e japonesas.

Neste âmbito é, aliás, sintomática a movimentação que se vem verificando ao nível das alterações estratégicas dos grandes grupos económicos europeus, americanos e japoneses.

Entretanto, e ainda nesta perspectiva, outros alinhamentos se foram concretizando ou simplesmente perspectivando.

É o caso do acordo de integração económica entre os Estados Unidos e o Canadá, integração esta que deverá vir a incluir também o México, decorrendo actualmente negociações neste domínio.

É a possibilidade de o Japão vir a «liderar» uma zona de comércio livre que incluirá vários países industrializados do extremo oriente.

Entretanto temos as profundas alterações que se verificam na Europa central e oriental, as quais já causaram repercussões importantes, entre as quais, a unificação alemã e a desintegração da ex-URSS, são as mais significativas. No entanto, este processo de transformação está ainda muito longe de concluído e da sua evolução, sejam quais forem as formas que vá assumindo, resultarão novas situações que terão significativa influência à escala internacional e, em particular, na Europa.

Temos ainda as significativas alterações ao nível político a que vamos assistindo no continente Africano, as quais terão também importantes repercussões económicas.

Ao nível das Comunidades Europeias, em muito como resposta à evolução internacional mas também como consequência do modo como vai evoluindo a construção do mercado interno europeu — a qual produziu já situações irreversíveis em termos económicos — verificou-se uma aceleração do processo de integração europeia. Iniciou-se a construção da União Económica Monetária, e avança-se para uma união política.

A criação do espaço económico europeu, entre os países que constituem a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) e a Comunidade Económica Europeia é já uma realidade. Entretanto, e como consequência das transformações verificadas na Europa central e oriental, a questão do alargamento da Comunidade Económica Europeia ganha nova actualidade.

Fazemos estas considerações porque, queremos salientar, ainda que de uma forma necessariamente breve e certamente incompleta, que a evolução da economia internacional tem para uma economia como a portuguesa uma grande importância. E isto quer pela nossa dimensão, quer pelo facto de sermos membro de um dos grandes blocos em presença — Comunidades Europeias.

A evolução da economia portuguesa é, aliás, em certa medida, um exemplo de uma economia que se foi desenvolvendo no âmbito de um determinado processo de desenvolvimento, sem que, por razões diversas, tenha assumido claramente os seus vectores principais em termos internacionais, como aliás referimos atrás ao tecermos algumas considerações sobre a estrutura industrial.

O «atraso» que hoje constatamos comparativamente aos níveis atingidos nos principais países desenvolvidos, bem como significativo desfazamento do nível tecnológico, é um resultado desse facto.

Embora na década de 60, abandonando o regime de autarcia, Portugal tenha iniciado um processo de abertura ao exterior, participando no processo de integração europeia como membro fundador da EFTA, vicissitudes várias de natureza interna, entre as quais as de natureza política terão sido fundamentais, conduziram a que o nosso processo de desenvolvimento económico rapidamente se visse cerceado por estrangulamentos vários de índoles interna e externa.

A evolução posterior com as alterações políticas, económicas e sociais verificadas em Portugal em meados da década de 70, precisamente numa época em que se verificaram as primeiras grandes crises no mundo económico desenvolvido (primeiro choque petrolífero, forte alteração nos preços das matérias primas, e instabilidade no sistema monetário internacional) e a sucessão de políticas conjunturais que durante muitos anos se seguiram entre nós, numa época em que se iam verificando novos choques à escala internacional e simultaneamente se iam desenvolvendo medidas de reajustamento estrutural no seio das diversas economias, conduziu a que se fossem tornando bem nítidas as consequências destes desfazamentos.

Em 1 de Janeiro de 1986, Portugal, culminando um longo processo de negociações, tornou-se membro de pleno direito das Comunidades Europeias, com as quais, aliás, tínhamos relações significativas e com quem tínhamos assinado um acordo de comércio livre, em 1972.

Sem nunca deixar de ter bem presente as dificuldades que se lhe deparariam, o meio empresarial português defendeu claramente esta integração nas Comunidades Europeias. Existiam razões profundas de natureza política, económica, social e cultural para justificar a nossa adesão às comunidades e aceitar o desafio que esta adesão significava para Portugal.

Embora se tratasse de uma matéria pouco referida pelos analistas políticos e económicos na época das negociações, tínhamos para nós também como claro que, apesar da dificuldade em quantificar os efeitos dinâmicos da integração de uma economia como a portuguesa num espaço integrado mais vasto, os custos da não adesão seriam, no caso português, atentas as novas características, sempre superiores aos eventualmente derivados da própria adesão.

O tempo veio provar a razão dos que assim pensavam. Creio ser hoje geralmente aceite que tem sido positiva a nossa capacidade de resposta em termos de integração. Por outro lado, face aos desenvolvimentos que entretanto se verificaram na cena internacional, a nossa situação será bem mais favorável do que se tivéssemos persistido na não integração nas Comunidades Europeias.

Com a entrada de Portugal nas comunidades determina-se um quadro de referência e de enquadramento do desenvolvimento da economia portuguesa. Não se trata, no entanto, de um quadro rígido, pois a própria comunidade estava e continua a estar numa fase de mutação no sentido de reforçar a sua própria coesão interna e a sua inserção e peso no quadro da economia mundial.

Para Portugal, haveria que ter em conta, não só a própria adaptação a uma nova situação, mas também, a capacidade de se inserir na própria transformação da comunidade, facto este que, como vai sendo cada vez mais visível na construção do mercado interno europeu, «e agora também construção da União Económica e Monetária», e da União política, redobra as necessidades de modernização e adaptação das estruturas produtivas portuguesas.

Decorridos quase 6 anos de integração, não podemos deixar de referir que o balanço se nos afigura como positivo. As nossas estruturas têm reagido favoravelmente e, pesem embora as dificuldades que continuam a persistir no caminho de uma rápida modernização do tecido económico e social português, têm demonstrado uma boa capacidade de adaptação.

Ainda em termos da integração de Portugal nas comunidades será importante ter em atenção que o facto de Portugal e Espanha terem aderido às comunidades no mesmo momento, alterou substancialmente os próprios contornos do mercado comunitário e o relacionamento económico tradicional entre estes dois países vizinhos. Quase em simultâneo, inicia-se

a construção do mercado interno europeu. Como consequência destes factos, temos as várias alterações ao nível da implantação e do realinhamento de estratégias das empresas europeias e multinacionais de que todos nós nos vamos dando conta.

A própria evolução dos fluxos de investimento directo em Portugal é bem sintomática.

Deriva destes factos também que as empresas portuguesas têm que aumentar a sua participação em termos de investimento noutros países, de modo a que a internacionalização crescente da nossa economia tenha uma adequada participação de interesses portugueses. Neste campo, a integração de Portugal nas comunidades não só conduz a esta necessidade como nos abre novas perspectivas, pois Portugal tem condições para ser um elemento importante, atento o seu relacionamento histórico com a África, a América Latina e até algumas regiões do extremo oriente, na própria política comunitária de apoio ao desenvolvimento.

Das considerações que fizemos relativas à estrutura da indústria portuguesa, à importância que reveste o enquadramento ao nível da economia internacional e sobre a nossa inserção no espaço comunitário, cremos que resultará bem claro que à indústria portuguesa se vêm deparando significativos desafios.

Antes de mais, haverá que ter em devida conta que a economia portuguesa não é mais uma economia fechada, o que significa que a superação das vulnerabilidades que implicitamente resultam dos aspectos estruturais que referimos atrás, terá que ser feita num enquadramento completamente diferente daquele que durante décadas vivemos em Portugal.

Deste facto resultam aspectos que, se por um lado exigem uma forte capacidade de reestruturação e de dinamização da actividade empresarial, o que conduz à necessidade de um grande esforço por parte de todos — governo e agentes económicos e sociais — significa também a oportunidade de podermos dar um salto significativo se formos capazes de nos inserir num novo processo de desenvolvimento económico que se foi gerando na década de oitenta e que pouco tem que ver com o que esteve na base do desenvolvimento económico do pós-guerra e gerou a maioria das actuais economias desenvolvidas.

A economia portuguesa tem vivido um ciclo, iniciado em 1986, que se caracteriza por uma significativa dinamização e crescimento da actividade económica e de modernização das suas estruturas produtivas.

O início deste ciclo em 1986 é marcado pela simultaneidade de vários aspectos com grande significado para a evolução da economia portuguesa:

- Adesão de Portugal às Comunidades Europeias;
- A coincidência temporal dos seguintes aspectos:
 - Conclusão, com êxito, do programa de estabilização económica, no período 1983/85 (que permitiu o controlo do desequilíbrio das contas externas);
 - Estabilidade política;
 - Evolução económica internacional favorável;
 - Forte crescimento do investimento estrangeiro.

Estes aspectos são relevantes para a compreensão da evolução da economia portuguesa, que teve de, no período de uma década — absorver, gerir e procurar soluções futuras — para um vasto conjunto de alterações e mutações profundas em termos económicos, sociais e políticos, como já referimos.

Deste modo, o programa de estabilização económica 83/85 e a estabilidade política são importantes, na medida em que, significam a consolidação institucional e a estabilidade política e económica.

A situação económica internacional assume, conjuntamente com estes aspectos, um papel de relevo. De facto, para uma economia pequena e aberta ao exterior como é e será cada vez mais a economia portuguesa, esta teve pela primeira vez, no decurso de um período de doze anos, a possibilidade de não se encontrar numa situação de «contra-ciclo» relativamente à evolução das economias suas principais parceiras.

A propósito, no que respeita ao significado deste último aspecto, é necessário ter em atenção que a economia portuguesa tem já um elevado grau de abertura ao exterior, o qual aliás se tem vindo a acentuar nos últimos anos. A título de exemplo, se medirmos o grau de abertura pela relação entre o total do comércio externo de bens e serviços (importações + exportações) e o produto interno, Portugal que, em 1980, tinha para este indicador um valor de 64%, apresenta presentemente valores que se aproximam dos 80%.

A título de comparação, o total do comércio externo espanhol representa actualmente cerca de 41% e o de Itália aproximadamente 40%.

Aliás, em termos comunitários, apenas as pequenas economias fortemente desenvolvidas — a Holanda, o Luxemburgo, a Bélgica — e a Irlanda, têm valores deste indicador bem superiores ao que se verifica em Portugal.

A integração nas comunidades, facto de grande relevância para Portugal, com todas as implicações e desafios que a adesão de uma economia como a Portuguesa impunha, como já salientámos, constitui também um factor de consolidação de um modelo económico e social, com a consequente definição das «regras do jogo», que permitiu ganhos significativos ao nível da «confiança» dos agentes económicos.

Em termos genéricos, a economia Portuguesa tem tido nos últimos anos uma boa evolução, com crescimentos superiores aos verificados na generalidade dos países da Comunidade Europeia. Se por um lado persistem alguns problemas como sejam o do controlo da inflação e do défice público — os quais criam problemas em termos da evolução do processo de integração europeia (construção da União Monetária), por outro lado, não é ainda possível uma medida exacta dos efeitos que a evolução do investimento produtivo e do forte investimento em infraestruturas de base que se vêm verificando nos últimos anos terão na oferta Portuguesa e no desenvolvimento da economia em geral.

Na indústria tem-se verificado um bom nível de crescimento do produto industrial, um crescimento significativo do investimento o qual mostra tendência para se orientar para áreas de produção mais exigentes em termos tecnológicos.

As indicações existentes, tomando como base fundamentalmente a evolução das exportações e a orientação do investimento, apontam no sentido de que se estarão a verificar em Portugal algumas alterações em termos estruturais que conduzirão a um menor peso nos «sectores tradicionais» (têxteis, cortiça, calçado...) no conjunto da economia e uma melhoria, em termos da estrutura produtiva, do peso de sectores considerados mais modernos (maquinaria, transportes, maquinas eléctricas, electrónica...).

De facto, no período 85/90 os sectores com um crescimento mais elevado, bem acima da média da economia, são os do material eléctrico, material de transporte, energia e ramos industriais da fileira florestal. O sector têxtil,

embora com um crescimento também superior à média, tem no entanto um valor inferior ao registado nos sectores atrás referidos.

Trata-se, pois, de evolução que consideramos positiva e que demonstra uma boa capacidade de adaptação dos meios industriais Portugueses.

No entanto, temos plena consciência de que é necessário ir bem mais longe. Se é certo que se registam melhorias na capacidade da oferta Portuguesa, é necessário ainda reforçá-la e fundamentalmente melhorá-la, no sentido de obtermos uma melhor qualidade dos bens que produzimos, uma maior produtividade e consequentemente uma maior capacidade competitiva. Após um período em que necessariamente houve que, através do investimento produtivo, aumentar a capacidade produtiva, impõe-se que tenhamos uma atenção especial a factores de extrema importância em termos de competitividade como sejam os da qualidade, do «design», da capacidade de «marketing» e da inserção da nossa actividade industrial noutras economias.

Das características que referimos relativamente à indústria Portuguesa, ressaltam claramente que temos que desenvolver esforços no sentido de ultrapassar as principais vulnerabilidades em vários domínios, nomeadamente:

— *Redimensionamento empresarial.* Como sabemos, a esmagadora maioria das empresas Portuguesas são PME'S. Poderemos mesmo dizer que, numa perspectiva europeia, se trata de pequenas empresas. É um facto que as PME'S também predominam nas economias desenvolvidas, mas é necessário não esquecer que, quando consideramos a dimensão económica efectiva das PME'S, no caso Português estamos bem longe da dimensão atingida por este tipo de empresas nas economias desenvolvidas.

Trata-se fundamentalmente de melhorar a capacidade financeira destas empresas, de melhorar a formação dos seus recursos humanos, de melhorar a qualidade global dos bens que produzem, de aumentar a sua capacidade de concorrência. Deste modo se poderão potenciar as vantagens derivadas de uma melhor capacidade de adaptação das PME'S resultante da sua maior flexibilidade — tão importante nos dias que correm, caracterizados por constantes mutações — e de uma maior apetência à inovação.

A questão do redimensionamento não se põe apenas às PME'S. Também ao nível das empresas maiores haverá que continuar a

proceder a reestruturações que possibilitem uma adequada capacidade competitiva em termos internacionais. Por outro lado, impõe-se que se desenvolvam e consolidem grupos económicos Portugueses com uma dimensão adequada em termos internacionais. As privatizações deverão ser um instrumento importante neste campo.

— *Reestruturação industrial.* Como referimos, é ainda muito significativo o peso dos sectores ditos tradicionais, os quais, aliás, necessitam de acções de reestruturação, visando uma melhor produtividade e fundamentalmente uma modernização dos seus produtos de modo a que possam efectivamente ser competitivos em termos internacionais.

— *Desenvolvimento tecnológico.* Pesem embora os esforços que têm vindo a ser feitos, temos ainda um nível global em termos tecnológicos fraco. É necessário reforçar o peso das empresas nas áreas da investigação e desenvolvimento de modo a que possamos desenvolver novos produtos e novos processos de produção. Os recursos destinados a investigação e desenvolvimento são escassos, sendo necessário um esforço mais significativo neste campo bem como a procura da eficiência na utilização destes mesmos recursos.

— *Internacionalização.* Numa economia aberta e inserida num grande espaço económico é um factor fundamental. Os conceitos de mercado interno e mercado externo perdem gradualmente muito do seu significado. Mesmo quando se produz para o mercado português, é necessário ter em conta que se está perante a concorrência internacional. Por outro lado, as exportações dependem cada vez mais da capacidade de se estar num dado mercado e menos da possibilidade de se vender para esse mercado. Isto implica que é necessário um grande esforço e uma estratégia adequada que leve um número cada vez maior de empresas portuguesas a exercer a sua actividade numa perspectiva internacional.

Trata-se a nosso ver de um factor chave e relativamente ao qual se deparam várias dificuldades. É uma certa falta de tradição, é a dimensão efectiva de muitas das nossas empresas, é a fraca capacidade financeira da generalidade das mesmas.

Torna-se pois necessário que sejamos capazes de desenvolver estratégias adequadas, seja ao nível das empresas, seja ao nível da própria política governamental, pois que muitos dos desafios que se nos deparam jogam-se neste domínio.

Ainda no campo das principais vulnerabilidades, mas numa óptica mais global, entendemos destacar dois aspectos.

O primeiro tem que ver com o financiamento da actividade económica em geral e da indústria em particular. Como sabemos, a generalidade das empresas portuguesas tem uma capacidade financeira relativamente fraca, o que conduz à necessidade de que seja possível o desenvolvimento de formas de financiamento adequadas e que possibilitem gradualmente uma melhoria da própria capacidade das empresas. De contrário, muitas das acções que é necessário desenvolver no domínio do redimensionamento, da reestruturação ou da própria internacionalização da actividade empresarial estarão dificultadas, senão mesmo prejudicadas.

O segundo refere-se aos recursos humanos. É hoje indiscutível que a capacidade dos recursos humanos é um factor estratégico em termos de competitividade das economias e, conseqüentemente, do seu desenvolvimento. Temos um considerável «atraso» a recuperar, pelo que temos como da maior importância a necessidade de intensificar os esforços na área dos sistemas educação/formação, de modo a que tenhamos recursos humanos preparados para corresponder às necessidades que o próprio processo de desenvolvimento vai gerando.

Como vemos, os tempos que vivemos não serão fáceis dada a magnitude dos problemas que temos que ultrapassar. Cremos, no entanto, que se formos capazes de conjugar e concertar esforços aos mais variados níveis, seremos capazes de os ultrapassar e assim construirmos nesta década uma indústria moderna e competitiva.

Rui Madaleno

Associação Industrial Portuguesa
Direcção de Economia e Informação